

Mulheres negras, famílias e trabalho subalterno: práticas etnográficas a partir de um olhar “de dentro”¹

Layla Gomes da Silva (Mestranda em Ciências Sociais na UFRRJ/RJ)

Resumo

Este trabalho propõe refletir sobre a realidade social de mulheres negras que experienciaram em suas vivências o trabalho subalterno, no qual a família tende a apresentar-se enquanto uma instituição que naturaliza e reproduz eixos de subordinação, repercutindo nas subjetividades desses sujeitos e no seu assujeitamento em diversas instâncias da vida, dentre elas, no mundo do trabalho. Esta proposta é um desdobramento da minha pesquisa de dissertação, uma pesquisa etnográfica, centrada na análise de histórias de vidas de três mulheres negras residentes de Rio das Ostras (cidade da baixada litorânea do estado do Rio de Janeiro), com idade entre 55 e 69 anos e que em comum possuem trajetórias marcadas por diversos tipos de violências e relação com o trabalho doméstico (infantil), função que, historicamente, materializa a subordinação de gênero, raça e classe de modo imbricado. Destaco ainda que em minha pesquisa uma das pesquisadas trata-se da minha mãe, sendo, portanto, a minha família etnografada. Nesse contexto, eu, enquanto mulher negra da classe trabalhadora, filha de ex-trabalhadora doméstica, que geralmente seria lida apenas enquanto “objeto” de conhecimento, venho ocupando espaço na academia (tal qual outros grupos marginalizados), enquanto pesquisadora, desenvolvendo esta pesquisa a partir de um lugar proximidade, não alheia ou externa ao campo, mas enquanto um sujeito que teve a vida condicionada por eixos de subordinação de gênero, raça e classe e que observou de perto o contexto de exploração e opressões que incidiam sobre familiares e pessoas do meu ciclo social. Por fim, embaso-me epistemologicamente na teoria crítica do feminismo negro, na teoria decolonial e interseccional.

Palavras-chave: interseccionalidade, trabalho subalterno, famílias.

Introdução

O presente trabalho pretende promover reflexões a respeito da minha pesquisa de mestrado, de cunho etnográfico feita na cidade que resido, Rio das Ostras (cidade da

¹Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024).

baixada litorânea do interior do estado do Rio de Janeiro), que consiste em apreender histórias de vida de três mulheres negras de idade entre 55 e 69 anos, cujas trajetórias são permeadas por trabalho subalterno. Busco, com isso, analisar o papel das famílias no processo de subjetivação desses sujeitos e como as mesmas influenciam nos condicionamentos que mulheres negras enfrentam em suas vidas pessoais e profissionais.

É preciso observar, diante disso, que não somente a ausência de condições materiais contribui para a entrada de meninas/mulheres negras no trabalho doméstico, mas também a desproteção familiar, a violência e a naturalização de eixos de subordinação pelas famílias. Isso, pois, tendem a repercutir em eventos traumáticos na vida de meninas/mulheres negras, refletindo na autoestima e na construção de subjetividades mais submissas, dado que tendem internalizar uma suposta inferioridade, extremamente útil às classes dominantes que espera seus serviços domésticos sem questionamentos e a baixo custo.

Para tanto, ainda que esteja na posição de pesquisadora das Ciências Sociais, também sou “de dentro”, tendo em vista que sou uma mulher negra da classe trabalhadora, filha de ex-empregada doméstica, portanto, vivenciei não só em minha trajetória individual quanto à da minha família, experiências comuns ao meu objeto de pesquisa. Busca-se romper, portanto, com o etnocentrismo que ainda prevalece na sociedade e no ambiente acadêmico que tende a desconsiderar grupos subalternizados historicamente enquanto pesquisadores e produtores de conhecimento.

Considerarei pertinente à pesquisa etnografar as experiências de mulheres negras, dentre elas a minha mãe, que tiveram que se submeter ao trabalho doméstico ainda na infância, para garantir suas sobrevivências e resistiram mesmo diante da rejeição e racismo intrafamiliar, violência patronal, etc., como forma de visibilidade a esses sujeitos.

De fato, acredito que devido à minha raça, gênero e classe, as pesquisadas tiveram determinado grau de confiança para narrarem suas experiências de vida familiar e de trabalho, bem como revelar traumas e violências sofridas. Aliás, o próprio método etnográfico coloca em evidência a relação entre pesquisadas e pesquisadora, exigindo atenção, respeito mútuo e acolhimento, para que consiga apreender mais elementos nas narrativas. Para contribuição na análise, busco apoio no feminismo negro, na teoria decolonial e interseccional.

Mulheres negras no trabalho subalterno e famílias

Compreendendo o Brasil enquanto país de passado escravocrata, podemos analisar que o racismo estrutural afeta todas as dimensões da vida social, as relações políticas, econômicas, etc., onde observaremos que são majoritariamente negras as classes mais empobrecidas e com menos acesso aos mínimos sociais. Por conseguinte, as mulheres negras que além de lidarem com estas opressões de raça e classe, também são oprimidas em decorrência de seu gênero (sendo sexualizadas, estigmatizadas, violentadas, etc.), resultando numa maior vulnerabilização social.

De fato, as mulheres negras sempre foram àquelas que historicamente vem sendo subordinadas à servidão da elite branca. Se antes eram escravizadas no campo e sendo mucamas da casa-grande, quando alcançam o status de libertas, tornam-se empregadas domésticas, ao contrário das brancas que eram restringidas ao lar (NASCIMENTO, 2021; VIEIRA, 2018). Lélia Gonzalez (2020) mesmo já denunciava que no Censo da década de 1980 havia uma relação hierárquica entre os segmentos populacionais, com grandes disparidades salariais. “No que diz respeito ao acesso aos melhores salários nas diferentes profissões, vamos encontrar a relação hierárquica, e no primeiro plano está o homem branco, abaixo a mulher branca, em seguida o homem negro, e finalmente a mulher negra” (GONZALES, 2020, p. 307).

Embora, em contextos recentes, a população negra tenha tido maior acesso ao estudo, e mesmo à universidade, possibilitado depois da Constituição Cidadã de 1988 e também com a implementação da lei de cotas, a realidade geral desse grupo ainda pouco se modificou, tendo em vista que ainda está concentrado na base da pirâmide social. Se observarmos, por exemplo, que em 2018, 6,2 milhões era o quantitativo de pessoas empregadas no trabalho doméstico e que desse número, 3,9 milhões eram mulheres negras, isto é, correspondendo a 63% (PINHEIRO et al, 2019), podemos analisar que muito se tem a evoluir em nossa sociedade, que ainda é muito discriminatória e desigual, sobretudo, com mulheres negras que são atravessadas por diferentes eixos de subordinação (de gênero, raça e classe).

A partir da minha pesquisa de campo, pude observar que as três mulheres negras pesquisadas já lidam com uma carga de responsabilidade muito grande desde suas infâncias com o cuidado de outros familiares (como duas que tinham irmãos), com as

tarefas domésticas e com as próprias sobrevivências. No caso de duas pesquisadas, o relato é que o trabalho doméstico é iniciado nas idades de oito e nove anos, sendo ambas filhas de relacionamentos interracialis, com relatos de rejeição materna – ambas as mães eram brancas e trabalhadoras domésticas.

A primeira disse-me não compreender as motivações da rejeição de sua mãe branca, mãe solo, sendo “dada” a outros familiares (como avó e bisavó) ou outras pessoas (de diferentes famílias) juntamente ao seu irmão também de pele escura, onde executavam tarefas domésticas em troca de alimentação. Entretanto, ao longo dos diálogos, a mesma refletiu que acreditava que ela era “dada” e “criada por um monte de gente” pela condição de pobreza familiar, ainda que afirmado que não faria o mesmo com seus filhos em situação similar.

Já a segunda pesquisada, atribuía a sua situação de rejeição materna à sua raça, dado que sua mãe era branca e seu pai biológico era negro de pele escura. Portanto, sua mãe que era casada com homem negro de pele clara e seus irmãos e irmãs sendo todos mais claros, eram tratados de modo diferente, segundo ela, não apenas pelo pai biológico dos mesmos (que era seu pai em registro), mas também pela mãe. Inclusive, disse que sua família extensa chamavam-na por diversos apelidos pejorativos, tal como “nega beíçola”. No caso, essa pesquisada disse que saiu de casa para trabalhar aos nove anos “por opção”, tendo em vista que além da rejeição que sentia, também se incomodava com a situação de miséria que a família vivia.

Pelos relatos, foi possível observar que essas duas pesquisadas viveram condições de trabalho que, em dias de hoje, podemos chamar como análogas à escravidão, pois trabalharam por determinados períodos exclusivamente para comer, sofrendo diversas violências em seu cotidiano (agressões e, inclusive, tentativas de abuso sexual relatado por ambas), jornadas exaustivas, sem remuneração em algumas casas, etc.

A terceira pesquisada, minha mãe Maria, já entrou um pouco mais tarde no trabalho doméstico, aos 14 anos. Porém, sua história também é marcada por violências de cunho familiar, só que da família extensa. Ela, que é filha de mãe solo negra, sofreu desde os seis devido a separação das duas pela família extensa. Observo tal separação enquanto materialização do estigma com uma mulher/mãe sem um parceiro homem, que é tido provedor da casa e que toma as decisões. Com isso, se não havia homem para tomar conta de mãe e filha, a família extensa interferiu tomando decisões por ambas e

apropriando-se do trabalho das duas, além de obterem controle dos poucos bens materiais que possuíam.

Minha mãe então foi levada a morar com uma tia e prima, que tratavam-na como “filha de criação”, entretanto, pelo relato da minha mãe, pude observar que a separação entre ela e minha avó materna foi-lhe bastante traumática, e deu-se para exploração do trabalho de ambas em diferentes casas de parentes, seja no contexto de limpeza da casa, seja na colheita do coco babaçu (minha mãe, ainda que cearense de origem, morou desde bebê no interior do Maranhão, tem recordações de muito pequena ainda exercendo tal função). Minha mãe relata que só retorna a morar com minha avó em seu leito de morte, quando ela tinha por volta de 12 anos, e justamente para cuidar dela e lavar suas roupas.

Minha mãe relata, que embora toda a sua família fosse de negros de pele clara, a tonalidade de sua prima com quem residia era mais clara que a sua. Nesse sentido, era frequente apelidos racistas proferidos por ela referindo-se à minha mãe, o que Domingues (2002) denominaria enquanto expressão de assimilação da ideologia do branqueamento por grupos negros.

Quando se muda do Maranhão para Seropédica (cidade próxima à estado capital do Rio de Janeiro) com sua prima e tia, minha mãe é empregada no trabalho doméstico imediatamente por elas, que requisitaram contribuição do seu salário com as despesas da casa. Entretanto, minha mãe relata que por anos, ainda que mal fosse à residência delas (tendo em vista que trabalhava e morava nas casas de família, onde em alguns momentos ia somente de quinze em quinze dias visitá-las), continuou sendo demandado dela quase o seu salário integral.

Tal situação, que pode ser observada enquanto abuso financeiro, mudou somente quando minha mãe se casou com meu pai, quando tinha seus 22 anos e mudando-se para uma cidade de base econômica rural, no norte do estado, São Francisco de Itabapoana. Passou a trabalhar na terra junto com meu pai, que era homem camponês, ainda que ainda ambos tenham experienciado de outros tipos de trabalho – como meu pai que trabalhou na construção do metrô do Rio de Janeiro; minha mãe que por um tempo foi merendeira por meses e não recebeu remuneração, e já depois dos 50 anos de idade, passa por outra experiência como cuidadora de idoso com baixa remuneração, mas tem que atuar no trabalho doméstico ao mesmo tempo, resultando em jornadas intensas, exercendo duas funções e tendo vínculo precarizado de trabalho.

Lia Vainer Schucman (2018), que pesquisava famílias interraciais, verificou que dentro dessas famílias eram comum a naturalização de uma série de comportamentos e valores que colocavam em evidência a existência de relações de poder dentro da família, prevalecendo uma hierarquia racial. Pude observar a partir do relato das três pesquisadas, nesse sentido, que isso não ocorre somente com famílias interraciais, mas também ocorre em famílias negras, frente a assimilação da suposta superioridade branca pregada pela sociedade racista e patriarcal.

Portanto, frente à intensa miscigenação ocorrida no Brasil – que sabemos que se inicia a partir da violência de negras e também indígenas escravizadas –, podemos observar, sobretudo, no século passado ideias que pregavam o mito da democracia racial ao mesmo tempo em que teorias eugenistas, fomentando no imaginário social de que quanto mais próxima à estética, hábitos, etc. do branco, mais positivo isso é (GONZALEZ, 2020; DOMINGUES, 2003).

Isso era benéfico a grupos brancos, ao passo que tendia a incentivar grupos negros a entenderem o seu lugar na sociedade. Portanto, a prima da minha mãe não se reconhece enquanto negra, por sua pele ser um pouco mais clara como minha mãe, e assim, acredita-se ter “o direito” de ser racista, por acreditar que esta é uma “qualidade” de quem é branco, portanto, criticando minha mãe em seu tom de pele, colocando diversos apelidos ofensivos, bem como criticando a textura do cabelo de minha mãe, que era mais cacheado.

Além disso, pude observar que tal como o racismo, o sexismo também era muito evidente no interior das famílias, tendo em vista que as mulheres negras além de terem cargas de responsabilidade na contribuição com o sustento familiar, também necessitavam assumir as responsabilidades com o cuidado de irmãos mais novos e com o lar, pois estas últimas responsabilidades eram consideradas femininas.

Conclusões Finais

Ainda que de forma bastante introdutória, tais trajetórias podem nos mostrar que famílias das mulheres negras, sejam elas totalmente negras ou interraciais nem sempre são espaços de acolhimento e de construção de subjetividades mais autônomas. Desse modo, se já no interior das famílias, mulheres negras lidam com a violência, rejeição,

racismo, etc., torna-se, por vezes longa, a jornada para a compreensão de que são dignas de respeito, que são capazes intelectualmente e o processo de construção de autoestima.

De fato, as opressões de gênero, raça e classe vivenciadas pelas mulheres negras são tão frequentes em seu cotidiano que tendem a ser naturalizadas, de modo que por vezes essas mulheres não percebem as violências ou violações de direitos sofridas.

As famílias, nesse sentido, já reproduzem em seu interior valores e comportamentos racistas e machistas de um modelo de sociedade que tende a violentar essas mulheres de tantas maneiras possíveis, seja simbolicamente, fisicamente, sexualmente, explorando sua força de trabalho, etc. Isso tudo contribui para a solidão dessas mulheres e com a dificuldade de romperem com vínculos de trabalho precarizados e com altos índices de exploração, como ocorre nas residências das classes altas e médias.

É preciso refletir ainda sobre a relação de cordialidade existente nas relações entre patrão/patroa e trabalhadoras domésticas. A cordialidade patronal pode ser questionada, dado ao fato que patrões costumam alegar que estas “fazem parte da família”, porém, trata-se de apenas mais um recurso utilizado pelas classes abastadas para a ampliação da exploração da força de trabalho que a serve. Por outro lado, isso também leva ao sofrimento de mulheres negras, pois muitas vezes acabam se encontrando em situações em que precisam negligenciar suas próprias vidas e famílias para garantir o bem-estar dos patrões, ou até mesmo tolerando situações de assédio, violências verbais, etc.

A minha mãe mesmo em sua narrativa trouxe a experiência de uma idosa negra, cuja família estava há gerações trabalhando na família dos patrões. Minha mãe relatou que percebia nela muita submissão, como se os patrões brancos fossem mais superiores a ela. Esta idosa, segundo minha mãe, inclusive deixou de casar e constituir família para ficar na família dos patrões servindo. Isso elucida não somente a assimilação da inferioridade negra, como também como as famílias negras tendem a contribuir acriticamente com a subordinação dessas mulheres, que possuem dificuldade de se perceberem enquanto sujeitos detentores de direitos e de romper com esses espaços que as vitimizam e exploram de tantas formas.

É preciso afirmar que somente uma das pesquisadas ainda permanece no trabalho doméstico, sem carteira assinada e sem direitos. A minha mãe hoje encontra-se como pensionista, devido à morte do meu pai, que sempre pagou a previdência social por conta própria (exceto em alguns casos que foi assalariado com carteira, de modo

breve) e uma das três conseguiu acessar o ensino superior e passar em concursos públicos, hoje sendo servidora pública municipal e tendo uma maior estabilidade financeira.

A partir do discurso da que ainda trabalha como doméstica é que, se ela começa nesse trabalho com oito anos, sendo “dada” a outras famílias, trocando serviço por comida, hoje ela afirma gostar de exercer tal trabalho, embora ainda lide com situações vexatórias em alguns momentos, mas que hoje consegue se desvincular de espaços que em que se sente desrespeitada (relatando recorrer à lei e polícia algumas vezes), exceto em uma casa, que a patroa oferece comida velha/estragada, mas ela permanece por pagar bem. No entanto, relata que por vezes passa mal devido aos estresses provocados ali.

Em 2023, esta pesquisada se acidentou numa casa em que trabalhava fazendo faxina (de uma queda da escada que não tinha sido fixada, de acesso ao sótão), tendo algumas costelas quebradas, mas relatou não ter colocado a casa *na justiça* justamente por ter sentimento de gratidão quando essa família a ajudou no passado. Tal gratidão observo que precisa ser analisada criticamente, justamente, tendo em vista que essa pesquisada em sua trajetória por vezes foi tratada de modo desumano por patrões, portanto, um mínimo de cordialidade de patrões tendem a fazer com ela veja como um grande feito. Entretanto, nessa situação a trabalhadora saiu prejudicada quando não fez valer seus direitos. Ela mesmo no decorrer de nosso diálogo afirmou que pediu ajuda a essa família, pois ficou meses sem poder trabalhar, mas pouco em dinheiro foi lhe dado (falou em cinquenta reais). Por fim, relatou-me que o que mais a entristeceu nessa situação, foi a não procura dos patrões em saber de seu estado de saúde.

À guisa de conclusão, Lélia Gonzalez (2020) propõe para seguirmos em direção à uma sociedade mais justa, a construção de um projeto de nação que incentive a população a conhecer a sua própria história e contribuir com a mobilização e organização da comunidade negra e também de setores da sociedade não negros, para que juntos consigam construir um novo modelo de sociedade.

Ademais, para que condições de vida e de trabalho das mulheres negras mudem verdadeiramente, percebe-se que a luta contra o racismo e sexismo não podem ser desvinculadas de uma luta anticapitalista, dado ao fato que dentro deste modelo de sociabilidade sempre haverá hierarquias discriminatórias para manter a sociedade dividida em classes sociais antagônicas.

Referências Bibliográficas

DOMINGUES, Petrônio José. Negros de Almas Brancas?: a ideologia do branqueamento no interior da comunidade negra em são paulo, 1915-1930. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 563-599, 2003.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaio, Intervenções e Diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. 283 p.

PINHEIRO, Luana et al. **Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD contínua (Texto para Discussão)**. Brasília: Ipea, 2019.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Famílias interraciais: tensões entre cor e amor**. Salvador: EDUFBA, 2018.

VIEIRA, Bianca. **Mulheres negras no Brasil: trabalho, família e lugares sociais**. 2018. 107 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.